

A QUESTÃO DAS COTAS PARA NEGROS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.

Maria Marta Dias da Silva, Eliana Amábile Dancini. – Serviço Social – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O Brasil não é um país democrático como demonstra sua ideologia da “democracia racial”. Desde a abolição da escravidão, os negros não foram contemplados com políticas públicas de caráter compensatório e inclusivo.

O trabalho objetiva, analisar a política de ação afirmativa com ênfase na questão das cotas para afrodescendentes destacando os aspectos, implicações e importâncias que o sistema pode trazer para os negros, como combate e superação dos efeitos de fatores históricos, analisando sua importância dentro de uma política social cidadã.

A pesquisa é de tipo qualitativa, obtida através de estudos e consultas bibliográficas, documentais, e, pela pesquisa de campo realizada com funcionários e alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Campus de Paranaíba-MS – que, representa uma das universidades públicas que adotaram a política de cotas para negros e indígenas em seu processo seletivo para vestibular nos anos de 2004 a 2006.

As políticas de ações afirmativas são políticas voltadas a áreas sociais, que partem do princípio de que todos somos iguais e detentores dos mesmos direitos. Logo, o Estado tem a incumbência de interferir, de maneira a regularizar a situação, quando algum segmento da população apresenta dificuldades peculiares a suas realidades.

Ao se falar em ação afirmativa como política pública, aborda-se a questão da relação entre a equidade e os direitos individuais. Estes direitos seriam tratados de maneira relativa, porque, para promover a igualdade de acesso aos direitos da cidadania ou a um tratamento igualitário a todos os cidadãos, o Estado é levado a valorizar, em momentos específicos, e por tempo limitado, determinados agrupamentos e/ou indivíduos.

Após a Constituição de 1988, denominada como “Constituição Cidadã”, o país tem estabelecido políticas públicas com fins de corrigir injustiças, garantindo também os direitos de alguns segmentos. As políticas foram implementadas através da promulgação de leis específicas, campanhas de conscientização, programas e planos de governo.

A população afro-brasileira constitui a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nossa população era composta por cerca de 160 milhões de indivíduos. Dentre eles, 54% se declararam brancos, 39,9% pardos, 5,4% negros, 0,46% amarelos e 0,16% índios.

O Brasil é constituído por mais de 65 milhões de negros; no entanto, verificamos que a grande maioria dessa população é constituída por pessoas analfabetas; de indivíduos que recebem, os menores e piores salários; representando a maioria da população carcerária, assim como na representação das favelas e no subemprego, e sendo, também, a minoria que tem acesso às universidades (menos de 5% do total) e no mercado de trabalho formal. Em todos os aspectos sociais e econômicos, a população negra se encontra relegados aos incontáveis índices de precariedade. O povo negro tornou-se o setor mais explorado e oprimido da sociedade, devido a sua condição e situação histórica.

Uma imensa percentagem de jovens negros não possui condições suficientes e adequadas para dedicar-se aos estudos, em decorrência a sua precoce inserção no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, além de não contar com a sua participação à cultura e as escolas de qualidade. Alguns movimentos sociais passam a reivindicar posturas mais ativas e sérias do Poder Público frente às questões como raça, etnia, gênero e a admissão de medidas específicas, para a sua solução.

Segundo Bernardino, as discussões feitas recentemente sobre relações étnico-raciais, devem divulgar como a raça tem sido um fator constitutivo e explicativo das desigualdades sociais brasileiras. Desse modo, defende que a raça deva ser considerada na formulação de políticas públicas. Assim, defende a necessidade de políticas de ação afirmativa tanto como uma medida de combate à ausência de negros em

ocupações profissionais de responsabilidade, quanto como uma política de correto reconhecimento da diferença, o que também contribui para o combate de uma cultura racista.

O compromisso por parte do Estado a fim de concretizar o ideal da igualdade de oportunidade, principalmente, no campo da educação e do emprego, vem sendo discutido desde a década de 80; e foi reafirmado pelo governo brasileiro, ao assinar a Declaração e o Plano de Ação da II Conferencia Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que nos parágrafos 99 100 do seu Programa de Ação cita:

Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacional para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidade e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas (...). Insta o Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive de ações afirmativas ou medidas de ações positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a serem vítimas de discriminação racial nos serviços sociais básicos, incluindo educação fundamental, atenção primária à saúde e moradia adequada (MOURA E. Barreto. 2002, p.131, apud. BERNARDINO. p.31, 2004).

Dados do Censo de 1999, apontam a existência de uma elitização muito evidente nas universidades. Segundo os índices, 70,7% das vagas são ocupados por alunos oriundos daqueles considerados os 20% mais ricos do Brasil. No entanto, aproximadamente 80% dos estudantes são representados pela população branca. Outros 20% das vagas restantes, continuam destinadas à maioria de pardos e uma minoria de negros, amarelos e indígenas.

Estes dados confirmam que o Brasil jamais promoveu uma política eficiente de inclusão social do negro. A ausência dessa participação, discussão e ação perpassam dentre outros setores, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

O surgimento de propostas de ação afirmativa fundamenta-se na crítica da insuficiência da igualdade formal de direitos como mecanismos para se alcançar à igualdade de fato. Considerando que raça é um fator desfavorável a população negra no processo competitivo de acesso ao sistema escolar e ao mercado de trabalho, percebe-se a necessidade de tratar os desiguais de maneira desigual a fim de promover a inserção do grupo discriminado em domínios de prestígio político e de relevância econômica; somente desta maneira estar-se-ia restituindo a igualdade de oportunidades (BERNARDINO, 2004, p.32).

As políticas de ação afirmativa, dentro de uma perspectiva de política da diferença, objetivam construir espaços caracterizados pelo respeito à diferença, e que, portanto, valorizam a diversidade. Obviamente, uma repercussão imediata das ações afirmativas é a inclusão de pessoas negras em espaços nos quais elas provavelmente não estariam se dependessem de uma política neutra em relação à cor; ou, na melhor das hipóteses, estariam de maneira residual. Propiciar um contexto caracterizado pela diversidade cultural é um ganho para todos, sobretudo no âmbito do ensino, uma vez que todos podem ser preparados para um mundo de fato e diverso. Ademais um campus marcado pela pluralidade no mínimo sinaliza a possibilidade de se produzir um saber afastado de uma única visão de mundo (SILVA, 2003; apud, BERNARDINO, p.36, 2004).

A demanda por igualdade substantiva por parte da população negra brasileira conecta-se à demanda pela correta consideração da diferença, a saber, uma vez que os indivíduos negros ascendem a posições profissionais de responsabilidade, há uma correspondente valorização da identidade particular e um impulso para a superação da cultura racista; e vice-versa. Neste sentido, as ações afirmativas não reafirmam as diferenças deletérias à população negra, que justamente por esse motivo vivencia um modo de vida reduzido, que a impede de concorrer em condições de igualdade com a população branca. As ações afirmativas são tentativas capazes de desconstruir a hierarquia racial existente na sociedade brasileira, atribuindo à raça negra um valor positivo (idem).

As cotas, para a inserção de negros na universidade, podem ser um caminho á afirmação e valorização da população negra, tornando-se instrumento propício para mobilidade social, contribuindo para

sua integração aos demais membros e órgãos da sociedade. As cotas para o ingresso de negros no ensino superior são vistas como uma das principais formas de se alcançar a situação de universalidade educacional.

Espera-se que com a inserção efetiva de negros no meio acadêmico em numero satisfatório, possibilite a criação de uma elite negra intelectual atuante e consciente do objetivo fundamental que sua educação superior significa á população negra, e subsequente, aos cidadãos.

Portanto, podemos dizer que a questão étnica racial deve estar contida nas políticas públicas e sociais, pois, toda e qualquer medida que se quer levada à séria, de combate à pobreza e exclusão, deve levar em conta as relações étnicas; pois, políticas de cunho universalistas não resolvem, por si só, as questões da desigualdade num país, em que, as relações sociais estão intrinsecamente relacionado às relações e questões étnicas/raciais , não esquecendo, também, outras formas de se obter justiça social.

REFERÊNCIAS:

BERNARDINO, Joaze. **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (org.) **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro; DP&A, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (org.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIXÃO, Marcelo J. P. . **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro; PD&A, 2003.

SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs). **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro; DP&A, 2003.

SENADOR, Paulo Paim. A vitória contra o preconceito. Brasília: **Senado Federal**, 2003.

_____ Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: **Senado Federal**, 2003.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros**: cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro. Niterói: Quartel; PENESB; Ford Foundation, 2003.